

Dados do Projeto de Pesquisa	
Título do Projeto de Pesquisa:	Implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas do Ensino Fundamental na microrregião Brejo Santense - CE
Grande área/área segundo o CNPq (https://goo.gl/JB3tAs):	Ciências Humanas/Educação
Grupo de Pesquisa vinculado ao projeto:	INCINATE - Grupo de Estudo Interdisciplinar em Ciências da Natureza, Tecnologia e Educação.
Linha de pesquisa do grupo de pesquisa vinculado ao projeto:	História, Filosofia e Ensino das Ciências
Categoria do projeto:	() projeto em andamento, já cadastrado na PRPI () projeto não iniciado, mas aprovado previamente (X) projeto novo, ainda não avaliado
Palavras-chave:	Educação Escolar, Implementação; Lei 10.639/2003; Afrodescendência.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, durante mais de três séculos, foi negado o direito fundamental à população negra a liberdade. O cerceamento a esse direito fundamental e, consequentemente, a não participação social foi durante muito tempo a forma de controlar e impedir a ascensão e atuação desse grupo na sociedade. Essa negação histórica de direitos da população negra africana e afro-brasileira refletiu, no presente, em uma maior dificuldade da inserção da população negra no seio social (CUNHA Jr., 2011; BRASIL/DCN, 2004). Pois, “sabe-se que, desde o início de nossa construção histórica, o negro foi alijado das atividades públicas [*e outras tarefas*]¹ e lhe foi imposta a dura realidade de escravo a serviço do Brasil Colônia e do Império [...]” (FILGUEIRA, 2008, p. 33).

Neste caso, a população afrodescendente teve negado o direito à inserção na educação, à participação no processo histórico e social da nação. O currículo imposto pelo poder estabelecido soterrou e soterra a verdadeira história desse segmento social. Os lugares de educação têm contribuído para a reprodução de uma cultura racista e segregacionista quando desconhece as maneiras corretas de atuar para uma educação anti-racista ou quando conhece e não age para a mudança das ações de racismo no seu *locus* (BRASIL/DCN, 2004). Pois, durante a maior parte do processo histórico:

Por meio da imposição de modelos culturais europeus, implantou-se no Brasil uma visão de mundo na qual o que era considerado o melhor e o mais correto estaria ligado aos valores europeus e, dessa forma, todos os outros passaram a ser avaliados à luz dos parâmetros da

¹ Grifo nosso.

O racismo anti-negro, entende-se por toda e qualquer ação que impeça o acesso aos direitos legais da população negra², isto é, recusa o direito a cidadania. Essa forma de racismo se apresenta também nas ações e manifestações verbais que agredem a imagem da população negra, assim como se manifesta na estrutura econômica, cultural, social e política. A negação de acesso e a, conseqüente, marginalidade desse grupo caracterizam o que chamamos de racismo estruturante e estrutural que impede, por exemplo, o acesso e a permanência desse grupo na educação. O racismo estruturante também se apresenta quando a educação básica não tem a preocupação de estudar as contribuições, no processo histórico, de africanos e de afrodescendentes para o desenvolvimento do Brasil; ou quando muito, resgatam uma história da população negra pelo viés de rotulação e estereótipo (BRASIL/DCN, 2004).

A história traçada acerca da África, das populações negras, dos afrodescendentes no Brasil e sua participação na sociedade nacional sempre foi descrita por uma perspectiva negativa, muitas vezes invisibilizando a ação dos atores negros/ase os colocando sempre em situação de subalternidade, assim interferindo numa real formação identitária que pudesse afirmar ter pertencimento nas origens da população negra. Ainda é muito comum, na prática de ensino das escolas, a não realização de trabalhos, no cotidiano, de combate ao racismo e quando se faz se comete muitos equívocos, entretanto é preciso mudar a os métodos e práticas de ensino no que se refere à introdução da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Entende-se que a Microrregião Brejo Santense não foge à realidade observada no contexto nacional visto que segue currículo, organização escolar, etc., previsto pelos órgãos Federais e Estaduais que tratam da educação. Essa microrregião localiza no interior do Ceará tendo como sede o Município de Brejo Santo e contemplando os municípios de Milagres, Abaiara, Jati e Penaforte, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (2015). Entretanto destacamos que apesar da cidade de Porteirias não está presente nesse recorte territorial, conforme IPECE, decidiu-se inseri-la na pesquisa por duas razões: primeiro, município possui uma comunidade quilombola reconhecida; segundo o campus UFCA, na cidade de Brejo Santo, será alocada o projeto de pesquisa aqui apresentado.

E, estando contida na Macrorregião do Cariri, espaço que foi e é *lócus* de diversas pesquisas³ onde trata da presença e do protagonismo de africanos e

² pretas e pardas nas categorias do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

³ Citamos aqui: DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. **Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de Candomblé Yabasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte – Ce.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza- Ce, 2011. (Dissertação Mestrado); NUNES, Cicera. **O Reisado em Juazeiro do Norte - Ce e os Conteúdos da História e Cultura Africana e Afrodescendente: uma proposta para a implementação da lei nº. 10.639/03.** Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza- Ce, 2007. (Dissertação Mestrado); NUNES, Cicera. **Os Congos de Milagres e africanidades na educação do Cariri cearense.** Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação

afrodescendentes na História do Cariri e do Ceará, a Microrregião Brejo Santense se mostra como espaço onde também se encontram grupos sociais negros o que potencializa a necessidade da pesquisa aqui proposta, não só para a valorização desses grupos, mas também para que se possa contribuir para educação pautada no respeito à diversidade étnico-cultural tão importante para negros e não negros.

É relevante compreender a estrutura escolar e suas metodologias no ensino da temática. Faz-se necessário entender como os espaços educacionais estão lidando com tal discussão e como estão tratando os termos exigidos na lei 10.639/2003 que colocou como imperativo o ensino a respeito da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica do Brasil e modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (LIMA, 2005; MOREIRA e CÂMARA, 2008).

A sociedade possui pouco conhecimento acerca da temática africana e afrodescendente, durante toda a história da educação brasileira, como reflexo da sociedade, não houve preocupação e interesse de edificar um diálogo e uma educação para mudanças no tocante a transformar a realidade dispare em termos étnico-raciais. Hoje, percebe-se uma tímida alteração dessa realidade, o que leva a pensar a estrutura social no espaço das escolas as quais são carentes de práticas educativas que busquem combater o racismo e introduzir uma cultura de ensino focada em seu cotidiano discutir as contribuições da população negra no viés positivo e não estereotipado. As ações escolares se concentram em duas datas, consideradas importantes, o 13 de maio e 20 de novembro, este dia da Consciência Negra e aquela remetendo a Abolição da Escravatura no Brasil (LIMA, 2005; MOREIRA e CÂMARA, 2008).

Seguindo essa análise emerge a preocupação em conhecer a realidade das escolas da Microrregião Brejo Santense e do município de Porteiras, Ceará. Isto é, a busca por entender a organização escolar e sua atuação na aplicação da lei 10.639/2003. Entendendo que a prática educativa que visa inserir essa discussão na educação básica é compreendida como ação de combate ao racismo institucional (DCN, 2004; BRASIL, 2015).

No intuito de aprofundar uma revisão de literature podemos recorrer a afirmativa de Minayo (1994) de que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (p. 7), ou seja, é a partir das problemáticas vivenciadas que se faz despertar para a compreensão da realidade social e histórica na qual está inserido o pesquisador. Nessa perspectiva que a Lei 10.639/2003 vem à tona como proposta de alterar a educação básica nacional. A LDB, até então, não trazia a obrigatoriedade para discutir as questões voltadas à cultura e história africana e afro-brasileira. Durante muitos anos, a história dessa população ficou à margem dos olhares da humanidade e quando esta vinha surgia de maneira distorcida e aviltante (LIMA, 2009; NUNES, 2011; GOMES, 2008).

A existência negada, as expiações sofridas, a castração dos direitos da população

Brasileira, Fortaleza- Ce, 2010. (Tese Doutorado); SOUSA, Kássia Mota de. **Entre escola e a religião: desafios para crianças de Candomblé em Juazeiro do Norte**. Fortaleza - CE: Faculdade de Educação - FAGED – UFC, 2010. (Dissertação Mestrado)

africana e afrodescendente no sistema escravista gerou na atualidade uma gama de pessoas que não se enquadra no conceito cidadão. Filgueira (2008) nos é oportuno quando afirma que é pelo exercício:

[...] da cidadania que as pessoas podem ser vistas e reconhecidas não como indivíduos – como ocorre no espaço privado -, mas como membros do espaço público, em que reinam a igualdade e a liberdade [...] pelo exercício da cidadania, apoiado no princípio da igualdade política e da participação dos cidadãos na esfera pública, que os negros podem inserir-se na sociedade, com igualdade de condições (p. 34).

Cidadania é, em sua essência, aquilo que permite o sujeito participar de forma direta na transformação da sociedade e tem como retorno a garantia de sua existência dignamente. Nesse sentido, cidadania é consentir o acesso e a permanência da população afro-brasileira na educação, é permitir que todos os estudantes das escolas, independente de classe, raça, etnia, cultura e religião, conheçam a história, a cultura e as contribuições do povo africano e de seus descendentes à sociedade brasileira. Assim, garantindo o direito, a equidade, o respeito à diferença (FELTRAN, 2003; SCHERER-WARREN, 1999; GOHN, 2003; BRASIL/DCN, 2004).

Destarte se faz necessário estabelecer ações com a finalidade de formar professores para a prática de uma educação libertadora e respeitosa que contemple a Lei 10.639/2003. Atuar sobre a comunidade escolar/acadêmico é uma forma de sensibilizar, formar e transformar a realidade racista que está nesses espaços e também fora deles. Após aprovação da lei acima tem surgido diversas formas de atuação dentro dos espaços institucionais de educação, tem ocorrido diálogos, mas que ainda se faz de forma esporádica e com pouco reflexo na sociedade por ser ações pontuais (LIMA, 2005; MOREIRA e CÂMARA, 2008).

A educação institucional necessitará sistematizar o seu aparato de construção do saber e da transmissão desse conhecimento uma vez que as práticas educativas determinam ações que refletem no comprometimento social e com a transformação da sociedade. Pois o processo de ensino-aprendizagem é situado numa dimensão política e social, acontece numa cultura, numa perspectiva de multidimensionalidade e, portanto, se faz indubitavelmente necessário e é compromissosa academia buscar compreender o contexto dos espaços educacionais e, por conseguinte, as demandas sociais e legais surgidas a partir da Lei 10.639/2003. Pois é imperativo à ação universitária entender a estrutura social e propor soluções (LIBÂNEO, 2002; CANDAU, 2011; GOHN, 2003).

Nesse sentido, a Microrregião Brejo Santense, incluindo também a cidade de Porteiras, no Estado do Ceará, se mostra um campo fértil quando se trata de pesquisa na área de educação. Nela encontramos a cidade de Brejo Santo que tem uma das maiores notas e melhor classificação na avaliação estadual. Entretanto, no que se propõe a aplicação da Lei 10.639/2003, como o município tem se comportado ou atuado quando no referente à implementação da mesma? Entende-se que essa microrregião é um ambiente fecundo nesse campo investigativo, pois ao deter-se no resgate da formação

histórica do Cariri detecta-se que houve uma grande presença da população negra e os municípios que ela abrange compõem esta região, não é diferente (DOMINGOS, 2015).

Ao analisar a formação histórica da região pode perceber que em meados do século XVIII com notícias de ouro na cidade de Brejo Santo houve a vinda de negros escravizados para a extração, pois eram conhecedores das técnicas de mineração. Nas proximidades existe registro de populações rurais negras, ainda não reconhecidas pelos órgãos legais, e no município de Porteiras, 20 km de Brejo Santo, registra-se uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares. Informações que levam a entender a dimensão da necessidade de pesquisar e compreender a conjuntura local e as práticas educativas adotadas nas escolas para a introdução da história e cultura africana e afrodescendente (DOMINGOS, 2015; NUNES, 2011).

Coloca-se inicialmente Brejo Santo por ser a cidade sede da microrregião a ser estudada, mas observando os históricos dos demais municípios que a compõem nota-se que há forte relação com a ocupação por grupos não autóctones através de fundação de sítios e fazendas por parte de colonizadores ou seus descendentes. Nesse tocante pontuamos que essa ocupação geralmente era realizada por africanos e afrodescendentes que trabalhavam no regime escravista imposto pelos colonizadores (ANDRADE, 1979; 2011; ARRAES, 2012). Dados obtidos através do IBGE Cidades⁴ nos mostram que Brejo Santo e Milagres tem como marco inicial de povoamento colonial, ou seja, não autóctone, o século XVIII por meio de instalação de fazendas realizado por conquistadores portugueses.

O município de Abaiara seguiu esse mesmo processo, porém tendo ocorrido no século XIX. Quando trata-se de Jati e Penaforte o marco é o século XIX através da ocupação instigada pela situação de ponto de convergência dos viajantes que percorriam caminhos de Serra Talhada e Cabrobó em Pernambuco para Jardim e Porteiras no Ceará. Em Jati instalaram-se criadores de animais, agricultores e curtidores de couro; Penaforte, que inicialmente denominava-se baixio do couro, foi desmembrado de Jati e, por tanto, traz forte influência do entrecruzamento de estradas e, também, da criação de animais e do trabalho com o couro (IBGE, 2018)⁵.

É interessante frisar a importante, intensa e extensa presença negra africana e afrodescendente nos trabalhos acima colocados uma vez que, assim como em suas terras de origem, os africanos praticaram suas profissões em terras brasileiras, posto que foram obrigados a trabalharem em diversas áreas produtivas no Brasil em que também aplicaram seus conhecimentos. Com isso, africanos e afrodescendentes instalaram-se, trabalharam como ferreiros, carpinteiros, sapateiros artistas, pedreiros, marceneiros, roceiros produzindo grãos, tecelões, etc. Como também, as mulheres faziam comidas, hortas, para praticarem um comércio ambulante (DIAS, 1995; CASTELLUCCI, 2008; KOSTER, 2003). É ainda notório que “a cultura do couro de gado são partes do legado africano para a sociedade brasileira” (CUNHA Jr., 2011, p.102), pois “... os africanos

⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE Cidades é um site do instituto que contém informações diversas a cerca dos municípios brasileiros.

⁵<https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 03/05/2018.

ocuparam muitos dos campos da produção, como fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica” (CUNHA JR., 2010, p.17).

A partir do colocado acima não há como recusar os indícios da presença da população negra na região o que demonstram inevitável compreender a presente proposta, a história e a cultura nos espaços escolares, como estão sendo tratadas essas questões dentro da estrutura educacional. Por ser um campo amplo de investigação a pesquisa pretende se centrar apenas no espaço educacional e a aplicação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Pesquisar, nesse sentido, é ação em que a dialogicidade entre os atores participantes leva a permitir a construção de sentidos e significações acerca da estrutura dada. É entender que existe uma relação de compromisso com a sociedade, com o outro, pois este, no processo sócio-histórico, é parte constituinte no procedimento de formação da estrutura social, política e cultural (CANDAU, 2011; LIBÂNEO, 2002; FREIRE, 1987).

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Averiguar como ocorre o processo de aplicação da lei 10.639/2003 nas escolas públicas de Ensino Fundamental da Microrregião Brejo Santense.

Objetivos Específicos: Constituir uma análise de discussão ponderando o nível de conhecimento do corpo técnico gestor e docente acerca da lei 10.639/2003; Analisar os procedimentos e os métodos adotados pelas escolas públicas Ensino Fundamental da Microrregião Brejo Santense para implementação da legislação em questão; verificar a prática docente no tocante as dificuldades na aplicação da lei.

3. METODOLOGIA

Para a constatação de algo, no caso desta pesquisa como está sendo aplicada a Lei 10.639/2003 nas escolas públicas de Ensino Fundamental da Microrregião Brejo Santense se mostra relevante à procura de métodos e ferramentas adequadas para que se possa garantir a eficácia na procura de soluções das indagações levantadas e dos objetivos propostos (MINAYO, 1994; LÜDKE, ANDRÉ, 1986; ECO, 2002). Assim, é preciso destacar que “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 1).

O campo de pesquisa é bastante amplo, o que faz com que o pesquisador tenha que delimitar o objeto, os recursos metodológicos, fontes e equipamentos que serão utilizados. Para coletar informações utilizar-se-á gravador que tornará possível coletar as falas dos agentes sociais, câmera filmadora/fotográfica, estas permitem o registros fotográficos do *lôcus* da pesquisa, a disposição do espaço e a imagens produzidas e apresentadas nos murais e paredes das escolas nos permitem compreender a lógica imagética; pois não é apenas por meio da investigação de documentos oficiais que se

produz o conhecimento científico, como se acredita na concepção positivista. Para tal intento recorre-se, aos estudos bibliográficos em livros e documentos disponibilizados na plataforma *on line* do MEC (Ministério da Educação); pesquisa em base de dados nos *sites* do Governo do Estado do Ceará e do IBGE Cidades, entre outros; análise documental; observação; oralidade, por meio de entrevistas semi-estruturadas, quando não possível usar-se-á questionários. Na prática da pesquisa muitas vezes os agentes sociais entrevistados preferem que não sejam gravados suas falas, então nestes casos utiliza-se cadernetas para tomar notas.

A investigação que se pretende aqui é parte que compõe a área das humanas e dessa forma dialoga com que se convém chamar, também, de pesquisa qualitativa. Pois, este tipo de pesquisa leva em consideração as nuances e particularidades de cada ser social, já que lidamos com um mundo de simbologia e significações determinadas em seu tempo e espaço (MINAYO, 1994; LÜDKE, ANDRÉ, 1986). Trata-se de uma pesquisa cujo nível de realidade vai além da quantificação, portanto, tem-se a finalidade de demonstrar, descrever um evento ou uma situação. Freitas e Jabbour (2011, p. 9) segue o seguinte roteiro: “o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer métodos estatísticos, tem caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado”.

Assim, pretende-se conhecer a realidade de cada escola estudada, seus atores sociais (professores, técnicos gestores) e suas práticas cotidianas na proposta de implementação da lei em questão. Embora pretende-se, neste viés investigativo, quantificar número de escolas, corpo docente e núcleo técnico gestor, as formações iniciais e continuadas desses agentes, para obtermos o perfil de grande área e a área de atuação na práticas docentes. O que nos permitirá rever possibilidades de repensar formações quando identificadas as carências no tema aqui em estudos.

Todavia, percebe-se a necessidade de fazer inicialmente estudos sobre as legislações e das diretrizes que tratam o tema. Referenciais bibliográficos darão base teórica aos alunos/as bolsistas. Pretende-se estudar História da Educação brasileira, em seguida, buscar pesquisas realizadas no Brasil acerca das práticas docentes nas escolas de educação fundamental voltadas a aplicação da Lei 10.639/2003. Inicialmente, tal caminho se justifica em primeiro lugar pelo fato de permitir uma aproximação com o objeto da pesquisa e/ou da temática e, segundo, as revisões bibliográficas ajudam a “entrelaçar” os pensamentos e a fundamentar as informações coletadas empiricamente, sejam documentos ou falas de agentes sociais.

Ainda nesse contexto de aproximação com a pesquisa e sua temática, se faz necessário uma aproximação, também, com o contexto histórico do lócus de pesquisa. Dessa forma dever-se-á buscar conhecimento a cerca dos municípios que compõem a Microrregião Brejo Santense no intuito de ambientar a pesquisa e aproximar pesquisadores e espaço de pesquisa.

O momento inicial da pesquisa em campo se dará numa perspectiva de observação dos/as alunos/as bolsistas no intuito de conhecer o espaço a ser analisado e obter base para realizar possíveis recortes, escolha de sujeitos e elaboração de

instrumentais da pesquisa. Esta prática tem por função estudar o ambiente e realizar registros fotográficos para compreender a realidade dada, as disposições do ambiente, sua organização, decorações, cartazes expostos nas paredes das escolas, a prática do corpo técnico e do núcleo gestor e, por fim, a ação docente no seu ato de ministrar aula. O ato de observar é importante porque tem como ação principal aproximar o sujeito pesquisador do *locus* da pesquisa, permite um contato inicial e compreender a ambiência. O pesquisador ao observar o lugar de estudo estará provido dos referenciais teóricos que o subsidiará a entender a importância de estudar esses espaços e a disposição organizacional dos mesmos (MINAYO, 1994; LÜDKE, ANDRÉ, 1986; ECO, 2002).

As entrevistas e/ou questionários semi-estruturados possibilitarão, a priori, ter um direcionamento do que perguntar em relação à proposta investigativa da pesquisa, sendo que não se deve tomar como “camisa de força” as perguntas direcionadas. Entretanto, elaborar perguntas antecipadamente não significa dizer que teremos, em campo, a real possibilidade de pô-las em prática para com o nosso entrevistado, mas questionamentos previamente elaborados nos permitem buscar antecipar e alcançar respostas, o mais próximo possível das hipóteses levantadas. Outra situação que poderá ser encontrada na pesquisa é entrevistado recusar, por diversas razões, responder os questionamentos com a utilização de equipamentos de gravação, assim utilizar-se-á os questionários que podem ser entregues aos sujeitos da pesquisa e serem respondidos em momento mais cômodo. As entrevistas coletadas serão quantificadas, catalogadas e transcritas no intuito de compreender, como se nota na pesquisa qualitativa, a dimensão simbólica e os significados humanos na prática da inserção da lei 10.639/2003 nas escolas em estudo.

Estudos de documentos, Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das Escolas ou outros registros, como cadernos de atas, que comprovem práticas docentes na aplicação da lei serão outras fontes na busca de respostas. Os estudos sobre os documentos não segue as aspirações positivistas de análise, pois pretende-se problematizá-los para entender que o registro do mesmo foi realizado dentro de um contexto conjunturalmente determinado. Neste tipo de análise recorrer-se-á ao olhar sociológico e histórico, pois acredita-se que tal percepção epistemológica dará habilidade para que se possa verificar, de forma crítica, a documentação. Nesses documentos busca-se vestígios que leve a encontrar propostas de implementação da lei ou no caso de outros documentos e registros pode-se detectar possíveis ações anteriores realizadas nas escolas investigadas.

A princípio recorrer-se-á as respostas dos sujeitos pesquisados e a partir desse estudo poderá levar à indicativos de registros nos documentos, passo seguinte será entrar em contato com esses. Serão tratados de forma a localizar nos PPPs das escolas registros que se propõe a discutir a prática docente para o ensino da história e cultura africana e afrodescendente, como sugere a lei 10.639/2003. Os estudos dessas fontes buscarão localizar as propostas e registros de práticas cotidianas docentes.

Ressaltamos a importância do uso do diário de campo, pois permite coletar informações as quais os equipamentos eletrônicos não captam, com o cuidado e a

perícia pode-se constatar e registrar raras circunstâncias, pois existem situações que a informação só vem à tona numa conversa informal, isso em razão de que muitas vezes os entrevistados sentem-se intimidados com a presença dos equipamentos eletrônicos.

Nesse viés de pesquisa no espaço escolar é que demonstramos um panorama geral do município da Região Brejo Santense e o recorte que se pretende a pesquisa. Temos, segundo informações do IBGE Cidades⁶, dados sobre a educação dos municípios a serem pesquisados referentes ao número de escolas de Ensino Fundamental, a nota do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental, o número de matrículas e a quantidade de docentes que demonstramos na tabela abaixo:

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	IDEB - ANOS FINAIS E.F.	MATRÍCULAS NO E.F.	DOCENTES DO E.F.
Abaíara	05	4,4	1.281	70
Brejo Santo	36	5,9	6.691	376
Jati	08	4,3	1.092	100
Milagres	20	4,6	4.210	236
Penaforte	12	4,5	1.438	104
Porteiras	18	5,2	2.468	147
Total	99	Média 4,816	17.180	1.033

Com base nos dados levantados temos um recorte de pesquisa que contempla 99 escolas, as quais abrangem um número de 17.180 estudantes e 1.0333 docentes. Com isso, considera-se possível a realização do trabalho nessas 99 escolas dos seis municípios que compõem a Microrregião Brejo Santense e também da cidade de Porteiras, posto que contaremos com sete bolsistas, assim distribuídos:

Municípios Pesquisados	Quantidade Bolsistas	Quantidade Escolas	Distribuição escolas Municípios
Brejo Santo	02	36	Brejo Santo (36)
Abaíara e Jati	01	13	Abaíara (05) / Jati (08)
Penaforte e Milagres	01	14	Penaforte (12) / Milagres (02)
Milagres	01	12	Milagres (12)
Porteiras	01	12	Porteiras (12)
Milagres e Porteiras	01	12	Milagres (06) / Porteiras (06)
Total	07	99	

Nessa divisão, pensada a partir da distribuição de um número de escolas por bolsista, bem como da logística e locomoção, teremos ainda um grande número de professores e professoras, assim, a partir do conhecimento desse universo a ser pesquisado realizar-se-á um recorte entre os/as docentes para que haja a possibilidade de

⁶Dados referentes ao ano de 2015 disponíveis no site IBGE Cidades <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 04/05/2018.

termos uma pesquisa abrangente, porém com foco nos anos iniciais onde há docentes polivalentes, geralmente pedagogos, e nos anos finais nos docentes das áreas de humanas os quais tem maior proximidade com a temática tratada na presente proposta de pesquisa. Os devidos recortes deverão ser realizados partindo do conhecimento adquirido através das visitas de observação dos lugares da pesquisa. Postulamos ainda que o trabalho aqui proposto terá uma abrangência considerável proporcionalmente ao Estado do Ceará. Daí mais uma motivação para o recorte espacial da pesquisa.

4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS OU DE INOVAÇÃO DO PROJETO

Através da pesquisa poder-se-á conhecer as escolas, suas ações de ensino, como atuam no intuito de colaborar na formação do pensamento crítico reflexivo, quais métodos de ensino adotados no combate à cultura racista, as formas de ações para a implantação da história e cultura da população africana e afrodescendente, a realização de atividades de superação a lógica excludente e preconceituosa. Como as escolas buscam resistir à homogeneização da cultura hegemônica excludente.

A pesquisa se propõe, como resultado, ultrapassar a ambiência da universidade e aproximar o graduando tanto do fazer pesquisa quanto dos espaços educacionais e tendo como fim transformá-lo. Relacionar de forma dialógica, de modo que abre possibilidades de percepção daquilo que não está nos limites institucionais, instigando, pois, o corpo discente a problematizar a organização social, o papel da sociedade, os valores, costumes, os fatos sociais, relações de poderes erigidos e, inclusive, práticas culturais diferenciadas, abrindo assim, possíveis compreensões da relação de alteridade e da diferença.

Dessa forma, perceber a necessidade de fazer uma investigação no intuito de compreender, a partir de referenciais bibliográficos e da pesquisa em campo, o processo de implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas municipais do Ensino Fundamental das cidades que compõem a Microrregião Brejo Santense, Ceará. As práticas, didáticas, métodos e as estruturas curriculares. Detectar as formas de trabalhos adotadas nas escolas e, posteriormente, criar meios para aperfeiçoamento de implementação da lei em questão. Busca-se, através da pesquisa, compreender a dimensão da aplicação do ensino da história e cultura africana na educação básica do espaço delimitado para a presente pesquisa.

Pretende-se, também, documentar um panorama do ensino fundamental público da microrregião pesquisada para que possamos ter como base para novas investigações e ações em prol da melhoria da modalidade de ensino em questão.

Enquanto impacto a pesquisa fará ampliar o foco de estudo e complementar, aos níveis regional, estadual e até nacional, as análises já realizadas acerca da proposta aqui submetida no espaço pesquisado. Possibilitará, portanto, maior instrumentalização para os profissionais da educação que pretendem trabalhar o ensino de história e cultura africana e afrodescendente, conforme propõe a lei 10.639/2003 e as Diretrizes

Curriculares Nacionais de 2004.

O estudo notará as carências e buscará construir subsídios de formação continuada para a implementação da lei acima citada, caso seja constatado deficiência na sua aplicabilidade. Tal deficiência já foi detectado em outra pesquisa e, por conseguinte, foi proposta um projeto de extensão, no momento em andamento e alocada na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFCA, para formação de professores/as e dos/as alunos/as dos 9º anos do Fundamental II da rede pública do município de Brejo Santo. Propositura que se pretende estender a outros muninípios sugeridos neste projeto foco da pesquisa. Nesse sentido fazendo a instituição, sede da pesquisa, repensar sua ação e, por conseguinte, construir propostas de ação na formação de seus alunos e também, pelo viés da extensão, buscar penetrar o mundo escolar dos municípios em estudo.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Atividades	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Estudos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x							
Elaboração de instrumentos de pesquisa				x	x	x	x																	
Observação em campo			x	x	x	x	x	x	x															
Pesquisa de campo: entrevistas e analyses documentais					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Sistematização e análise dos dados							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Relatório Parcial									x	x	x	x												
Participação em eventos						x	x	x		x	x	x			x	x	x			x	x	x		
Publicações						x	x	x		x	x	x			x	x	x			x	x	x		
Apresetanção de Resultados Parciais						x	x	x		x	x	x			x	x	x			x	x	x		
Apresentação de resultados Final																								x
Produção Relatório Final																					x	x	x	

cearense: educação, filosofia e movimento social. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza- Ce, 2015. (Tese Doutorado)

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 19 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia:** histórias de Movimentos Sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões.** ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FILGUEIRA, André Luiz de Sousa. Inserção social do negro no Brasil: uma análise a partir do pensamento de Hannah Arendt. In: RASSI, Taleb. **Negros na sociedade e na cultura brasileiras III.** Goiânia: Ed da UCG, 2008.

GIROUX, H. **Teoria Crítica e Resistencia em Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GOHN, Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Loyola, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de pesquisa e estratégia econômica do Ceará (IPECE). As regiões de planejamento do estado do ceará. Fortaleza, Novembro/2015.

GOMES, Ana Beatriz Sousa, CUNHA Jr. Henrique (org). **Educação e Afrodescendência no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2008.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 12. ed. Vol. 1 e 2. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática:** velhos e novos temas. Edição do Autor, 2002.

LIMA, Heloísa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabegle. **Superando o racismo na escola.** Mec/secad, 2005.

LIMA, Ivan Costa, NASCIMENTO, Joelma Gentil do (org). **Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará.** Fortaleza: Imprece, nº 1, 2009.

LUDKE, M; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EDU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CÂMARA, Michelle Januário. **Reflexões sobre currículo e identidade**: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria (org). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NUNES, Cícera. **Reisado**: uma proposta para o Ensino das Africanidades. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**, Hucitec, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2006.